Fundação Pedro Paes Mendonça

Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2024

KPDS 1260847

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras **3**

Balanço patrimonial **6**

Demonstração do resultado **7**

Demonstração das mutações do patrimônio social **8**

Demonstração dos fluxos de caixa – método indireto **9**

Notas explicativas às demonstrações financeiras **10**

KPMG Auditores Independentes Ltda.
Av. Engº Domingos Ferreira, 2.589 - Sala 104
51020-031 - Boa Viagem - Recife/PE - Brasil
Telefone +55 (81) 3414-7950
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Associados e Administradores

Fundação Pedro Paes Mendonça

Recife – PE

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Fundação Pedro Paes Mendonça (Entidade), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação Pedro Paes Mendonça em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

KPMG Auditores Independentes Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada e firma-membro da organização global KPMG de firmas-membro independentes licenciadas da KPMG International Limited, uma empresa inglesa privada de responsabilidade limitada.

KPMG Auditores Independentes Ltda., a Brazilian limited liability company and a member firm of the KPMG global organization of independent member firms affiliated with KPMG International Limited, a private English company limited by guarantee.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

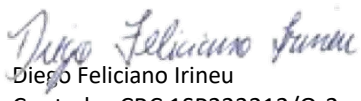
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Recife, 30 de maio de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC PE-000904/F-7



Diego Feliciano Irineu
Contador CRC 1SP223212/O-2

KPMG Auditores Independentes Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada e firma-membro da organização global KPMG de firmas-membro independentes licenciadas da KPMG International Limited, uma empresa inglesa privada de responsabilidade limitada.

KPMG Auditores Independentes Ltda., a Brazilian limited liability company and a member firm of the KPMG global organization of independent member firms affiliated with KPMG International Limited, a private English company limited by guarantee.

Fundação Pedro Paes Mendonça

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2024	2023
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7	3.007	2.060
Contas a receber	8	797	1.430
Dividendos a receber	9	481	353
Adiantamentos		8	2
Outros ativos		61	104
Total do ativo circulante		**4.354**	**3.949**
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Contas a receber	8	775	8
Total do realizável a longo prazo		**775**	**8**
Investimentos em empresas	9	24.999	7.091
Propriedades para investimento	10	6.577	7.023
Imobilizado	11	2.862	2.886
Total do ativo não circulante		**35.213**	**17.008**
Total do ativo		**39.567**	**20.957**

Passivo	Nota	2024	2023
Circulante			
Fornecedores		121	78
Tributos a pagar		12	16
Salários e encargos sociais	12	425	419
Outros passivos		21	17
Total do passivo circulante		**579**	**530**
Patrimônio social	14		
Patrimônio social		20.427	21.040
Superávit (déficit) acumulado		18.561	(613)
Total do patrimônio social		**38.988**	**20.427**
Total do passivo e patrimônio social		**39.567**	**20.957**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fundação Pedro Paes Mendonça

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	Nota	2024	2023
Receitas das atividades			
Doações e contribuições recebidas e ganhos em participação acionária	9 e 11	18.726	37
Receitas de aluguéis		3.567	3.643
Receitas de dividendos	9	3.090	3.830
Receitas financeiras		142	199
Outras receitas, líquidas		96	-
		25.621	**7.709**
Despesas das atividades			
Projetos desenvolvidos	15	(6.881)	(6.496)
Administrativas			
Gerais	16	(980)	(986)
Depreciação	10 e 11	(781)	(750)
Provisão para perdas esperadas de crédito	8	(136)	-
Doações a projetos de terceiros		(103)	(84)
Despesas financeiras		(6)	(6)
		(8.887)	**(8.322)**
Resultado de equivalência patrimonial	9	1.827	-
		1.827	**-**
Superávit (déficit) do exercício		**18.561**	**(613)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fundação Pedro Paes Mendonça

Demonstração das mutações do patrimônio social

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	Nota	Patrimônio social	Superávit (déficit) acumulado	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022		**19.248**	**1.792**	**21.040**
Incorporação do superávit acumulado	14	1.792	(1.792)	-
Déficit do exercício		-	(613)	(613)
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**21.040**	**(613)**	**20.427**
Incorporação do déficit acumulado	14	(613)	613	-
Superávit do exercício		-	18.561	18.561
Saldos em 31 de dezembro de 2024		**20.427**	**18.561**	**38.988**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fundação Pedro Paes Mendonça

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	Nota	2024	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Superávit (déficit) do exercício		18.561	(613)
Ajustes:			
Depreciação	10 e 11	781	750
Doações e contribuições recebidas e ganhos em participação acionária	9 e 11	(18.726)	-
Resultado de equivalência patrimonial	9	(1.827)	-
Provisão para perdas esperadas de crédito	8	136	-
Variações nos ativos e passivos:			
Contas a receber		(270)	(332)
Dividendos a receber		233	(173)
Adiantamentos		(6)	(1)
Outros ativos		43	(21)
Fornecedores		43	(29)
Tributos a pagar		(4)	(16)
Salários e encargos sociais		6	40
Outros passivos		4	-
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		**(1.026)**	**(395)**
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Aquisições de bens do ativo imobilizado	11	(262)	(569)
Aquisições de propriedades para investimentos	10	(35)	-
Dividendos recebidos		1.446	
Recebimento por redução de capital em investida	9	824	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento		**1.973**	**(569)**
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa		**947**	**(964)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		2.060	3.024
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		3.007	2.060

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Fundação Pedro Paes Mendonça ("Entidade"), sediada em Ribeiropólis-SE, foi constituída em 28 de abril de 1989, conforme instrumento lavrado no 8º Cartório de Notas da Comarca do Recife e registrado no 1º Cartório de Registro de Títulos e Documentos, sob o nº de ordem 1599, no Livro Registro de Pessoas Jurídicas A-8. A Entidade é pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com autonomia patrimonial, financeira e administrativa, regida pelo Estatuto e pela legislação aplicável, com prazo de duração indeterminado.

A Entidade tem por objeto manter, parcial ou integralmente, atividades de natureza filantrópica e beneficente, bem como atividades de natureza cultural, mediante prestação de serviços assistenciais e educacionais para pessoas pobres e desamparadas, tais como: assistência médica, hospitalar e odontológica, manutenção de escolas, creches e asilos, concessão de bolsas de estudos, atividades esportivas e a prática de atividades correlatas às expressamente nomeadas.

Os recursos financeiros aplicados na consecução desses objetos advêm, principalmente, de doações e contribuições, de dividendos, de rendimentos provenientes da locação de imóveis e de aplicações financeiras.

Por ser uma entidade sem fins lucrativos, a Fundação Pedro Paes Mendonça está enquadrada como imune em relação ao imposto de renda e isenta em relação à contribuição social, nos termos dos artigos 150, inciso VI, alínea "c", e 195, parágrafo 7º, da Constituição Federal, e dos artigos 12 e 15 da Lei nº 9.532/97.

Em 15 de fevereiro de 1990 e 2 de julho de 1992, conforme respectivas Leis nº 260/90, do Município de Ribeirópolis – SE, e nº 3201/92, do Estado de Sergipe, a Fundação Pedro Paes Mendonça foi declarada entidade de utilidade pública municipal e estadual. Em 16 de dezembro de 2002, conforme Resolução nº 179 do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, a Entidade obteve o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social. Em 27 de dezembro de 2024, a Fundação Pedro Paes Mendonça protocolou pedido de renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social para o período de 18/01/2025 a 17/01/2028.

1.1. Requisitos da imunidade tributária

A Fundação Pedro Paes Mendonça é uma Instituição Filantrópica, sem fins lucrativos e tem por finalidade a realização de um trabalho assistencial ao município de Ribeirópolis/SE, sem qualquer contraprestação pública, através das seguintes atividades: (i) do Lar Dona Conceição – promover a assistência social no atendimento à pessoa idosa, carente, em caso de necessidade permanente, com a internação no âmbito da Entidade, ministrando-lhes a assistência constante de repouso, higiene, alimentação, vestuário e medicamentos, bem como, a terapia ocupacional e orientação espiritual e religiosa; (ii) da Clínica Dona Dudu Mendonça – promover para toda população atendimentos voltados para a prevenção e proteção; controle de doenças; tratamento de doenças e lesões e fornecimento de medicamentos, com atendimento prestado de forma integral e sistematizada, dando ênfase a ações preventivas e curativas, com a mesma dedicação nos âmbitos individual e coletivo; e (iii) do Centro de Educação Básica Auxiliadora Paes

Mendonça (CEBAPM) – promover a educação integral para crianças e jovens, da educação infantil ao ensino fundamental do povoado de Serra do Machado e povoados circunvizinhos, preparando-os para o mundo produtivo, tornando-os capazes de compreendê-lo e transformá-lo, dispondo de oficinas culturais, artísticas e esportivas, além de um laboratório de ciências, laboratório de informática, biblioteca, refeitório e quadra esportiva. Oferece todo material didático, fardamento completo, refeições diárias e transporte escolar.

A Entidade é imune à incidência de impostos por força do artigo 150, inciso VI alínea "c" e seu parágrafo 4º e artigo 195 parágrafo 7º da Constituição Federal de 05 de outubro de 1988, e, para tanto: a) não distribui qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título; b) aplica integralmente no país os recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais; e, c) mantém a escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão.

2 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas (NBC TG 1000 (R1) – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas ("CPC PME") e NBC TG 1001 – Contabilidade para pequenas empresas, incluindo a ITG 2002 (R1) – Entidade Sem Finalidade de Lucros.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria da Entidade em 30 de maio de 2025.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas na nota explicativa nº 6.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

Em função de não haver outros resultados abrangentes nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, a Entidade não está apresentando a demonstração do resultado abrangente nestas demonstrações financeiras.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Entidade. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Entidade e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

4.1 Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas na data da emissão do relatório que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos, passivos e despesas no próximo ano fiscal estão incluídas na seguinte nota explicativa:

- **Nota explicativa 10:** estimativas referentes à seleção das vidas úteis de propriedades para investimentos;

- **Nota explicativa 11:** estimativas referentes à seleção das vidas úteis dos bens do imobilizado.

4.2 Julgamentos

A Entidade entende que não há impactos relevantes decorrentes de julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

6 Principais políticas contábeis

A Entidade aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

6.1 Reconhecimento das receitas

A Entidade reconhece as receitas da seguinte forma:

- As receitas de aluguéis são reconhecidas pelo método linear na demonstração do resultado durante o período contratual;

- As receitas de doações e contribuições são registradas quando recebidas; e

- As receitas de dividendos de investidas são reconhecidas quando o direito da Entidade de receber o pagamento é estabelecido.

6.2 Despesas das atividades

As despesas das atividades referem-se principalmente a gastos com pessoal, serviços prestados e de manutenção dos projetos desenvolvidos pela Entidade, além de outras despesas necessárias para a condução das atividades da Entidade e estão registradas pelo regime de competência.

6.3 Receitas e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras são reconhecidas conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

As receitas financeiras referem-se substancialmente a rendimentos de aplicações financeiras líquidos do imposto de renda retido na fonte sobre esses rendimentos.

6.4 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor.

6.5 Investimentos

São representadas por participações societárias recebidas como doações e estão demonstradas ao custo ou pelo método da equivalência patrimonial, conforme mencionado na Nota 9.

6.6 Propriedades para investimento

A Entidade é proprietária de imóveis mantidos para fins de renda de aluguel de longo prazo, os quais não são ocupados pela Entidade e estão demonstrados ao custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada, calculada pelo método linear, pelas vidas úteis estimadas mencionadas na Nota 10.

6.7 Imobilizado

É demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada, calculada pelo método linear pelas vidas úteis estimadas mencionadas na Nota 11.

6.8 Ativos financeiros

Ativos financeiros
Os aluguéis e contas a receber são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para perdas esperadas de créditos.

A Entidade classifica seus ativos financeiros como “ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado”, os quais são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, representados unicamente por principal e juros, não cotados em um mercado ativo, e estão apresentados no ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados no ativo não circulante). As receitas com juros provenientes destes ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Esses ativos compreendem aplicações financeiras, contas a receber, dividendos a receber e outros ativos.

Passivos financeiros
Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado. Esses passivos compreendem fornecedores e outros passivos.

6.9 Novos pronunciamentos contábeis

Não há normas ou interpretações que entraram em vigor em 2025 que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Entidade.

7 Caixa e equivalentes de caixa

	2024	2023
Fundo fixo	-	1
Bancos - conta corrente	315	542
Aplicações financeiras (a)	2.692	1.517
	3.007	**2.060**

(a) As aplicações em renda fixa referem-se a certificados de depósitos bancários e quotas em fundos de investimento, os quais possuem liquidez imediata e têm remuneração atrelada à variação dos certificados de depósito interfinanceiro – CDI.

8 Contas a receber

	2024	2023
Contas a receber de aluguéis (a)	1.700	1.430
Contas a receber – Programa habitacional (b)	8	8
Provisão para perdas esperadas de crédito (c)	(136)	-
	1.572	**1.438**
(-) Parcela apresentada no ativo circulante	**(797)**	**(1.430)**
Parcela apresentada no ativo não circulante	**775**	**8**

(a) Estão representadas por aluguéis a receber provenientes dos imóveis próprios arrendados para locatários por meio de contratos de arrendamento operacional (Nota 10). A parcela apresentada no ativo não circulante refere-se a valores vencidos que foram renegociados com um dos arrendatários, os quais serão pagos em 60 parcelas, com vencimento final em 27/11/2029.

(b) Estão representadas por prestações a receber em decorrência do programa habitacional conduzido pela Entidade.

(c) A provisão para perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa é constituída em montante julgado suficiente para fazer face a eventuais perdas na realização do contas a receber, com base em análise individual de cada devedor. Em 2024, a Entidade constituiu provisão para perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa, no montante de R$ 136.

9 Investimentos em empresas

Os investimentos estão representados por participações societárias nas Companhias abaixo relacionadas, as quais foram recebidas como doação, pelos valores patrimoniais:

(a) **Investimento avaliado ao custo – Shopping Center Jardins S.A. –** Trata-se de empreendedora do Shopping Jardins, localizado em Aracaju – SE. A Entidade possui 6.000.000 de ações ordinárias, que correspondem a 8% do capital social da investida, representando investimento, no montante de R$ 5.600 (2023 – R$ 6.000). Em 18 de abril de 2024, os acionistas aprovaram redução de capital social da investida em R$ 5.000, cabendo à Entidade o recebimento de caixa no valor de R$ 400 e o cancelamento de 400.000 ações de sua propriedade. Durante o exercício de 2024, a Entidade recebeu dividendos antecipados desse investimento, no montante de R$ 2.840 (2023 – R$ 2.560) e registrou dividendos a receber de R$ 120 (2023 – R$ 280).

(b) **Investimento avaliado por equivalência patrimonial – JCPM Trade Center S.A. –** Trata-se de empreendedora do prédio empresarial denominado JCPM Trade Center, localizado em Recife – PE. Em 2023, este investimento estava avaliado ao custo, já que a Entidade possuía 4.424.167 ações ordinárias, que correspondiam a 10% do capital social da investida, representando investimento, no montante de R$ 1.091. Em 18 de abril de 2024, os acionistas aprovaram redução de capital social da investida em R$ 4.241, cabendo à Entidade o recebimento de caixa no valor de R$ 424 e o cancelamento de 424.167 ações de sua propriedade. Em 2024, a Entidade recebeu dividendos antecipados desse investimento, no montante de R$ 250 (2023 – 917). Em 2023, registrou dividendos a receber, no montante de R$ 73.

Em 14 de agosto de 2024, a Entidade recebeu a doação de 12.063.693 ações da JCPM Trade Center S.A., pelo valor de R$ 5.350, passando a deter 16.063.683 ações, equivalentes a 40,16% do capital social da investida. A partir desse momento, a Entidade passou exercer influência significativa e a avaliar o investimento pelo método da equivalência patrimonial.

	2024
Quantidade de ações possuídas	16.063.683
Participação no capital - % (no final do exercício)	40,16
Capital social	40.000
Patrimônio líquido	48.306
Lucro líquido do exercício	10.561
Movimentação do investimento	
Saldo em 1º de janeiro	**1.091**
Redução de capital	(424)
Doação e ganhos em participação acionária	18.712
Resultado de equivalência patrimonial	1.827
Dividendos pagos	(1.446)
Dividendos a receber	(361)
Saldo em 31 de dezembro	**19.399**

10 Propriedades para investimento

	2024			**2023**	
	Custo de aquisição	**Depreciação acumulada**	**Líquido**	**Líquido**	**Vida útil estimada (em anos)**
Terrenos	259	-	259	259	
Edificações	12.060	(5.743)	6.318	6.764	25
	12.319	**(5.743)**	**6.577**	**7.023**	

	2024	**2023**
Saldo em 1º de janeiro	7.023	7.504
Aquisições	35	-
Depreciação	(481)	(481)
Saldo em 31 de dezembro	**6.577**	**7.023**

Referem-se a imóveis próprios localizados na Serra do Machado – SE e em Recife – PE, os quais são arrendados para locatários por meio de contratos de arrendamento operacional que possuem normalmente prazo de vigência de cinco a dez anos. Excepcionalmente podem existir contratos

com prazos de vigências e condições diferenciadas.

Em 2024, a Entidade auferiu R$ 3.414 em aluguéis referentes aos contratos vigentes em 31 de dezembro de 2024 (2023 – R$ 3.643), cujos montantes apresentam o seguinte cronograma de renovação:

	2024	2023
Em 2025	82%	74%
Em 2026	18%	17%
Indeterminado	-	9%
Total	100%	100%

11 Imobilizado

	2024			2023	
	Custo de aquisição	**Depreciação acumulada**	**Líquido**	**Líquido**	**Vida útil estimada (em anos)**
Terrenos	50	-	50	50	
Edificações	3.890	(1.980)	1.910	1.968	25
Equipamentos	1.317	(720)	597	649	10
Móveis e utensílios	592	(491)	101	133	10
Veículos	290	(278)	12	-	5
Obras em andamento	108	-	108	-	
Outros	388	(304)	84	86	5-10
	6.635	**(3.773)**	**2.862**	**2.886**	

	2024	2023
Saldo em 1º de janeiro	2.886	2.586
Doações recebidas	14	-
Aquisições	262	569
Depreciação	(300)	(269)
Saldo em 31 de dezembro	**2.862**	**2.886**

Em 2023, as aquisições referem-se, substancialmente, a instalação de painéis solares no Centro de Educação Básica Auxiliadora Paes Mendonça (CEBAPM) para geração de energia renovável para alimentar as unidades sociais da Entidade.

12 Salários e encargos sociais

	2024	2023
Provisão para férias	342	333
Instituto Nacional do Seguro Social – INSS	40	27
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS	36	35
Outros	7	24
	425	**419**

13 Contingências

A Entidade é parte envolvida em processos tributários que estão sendo discutidos na esfera judicial, cujos montantes envolvidos são de R$ 1.578 (2023 – R$ 844). Os assessores jurídicos da Entidade avaliam que a probabilidade de perda é possível. Não há registro de processos classificados com perda provável, portanto, nenhuma provisão foi constituída.

14 Patrimônio social

Representa o patrimônio social inicial da Entidade, acrescido ou deduzido dos superávits/déficits apurados anualmente, após a aprovação de contas pela diretoria e associados. O superávit (déficit) do exercício é registrado no grupamento superávit (déficit) acumulado, no patrimônio social.

As receitas geradas pela Entidade devem ser empregadas integralmente nos seus objetivos sociais, conforme Nota 1. No caso de eventual encerramento das atividades da Entidade, por meio de proposta do Conselho Curador, precedido de decisão de dois terços de seus membros e aprovado pelo Ministério Público, o patrimônio constituído será transferido ou alienado integralmente ao patrimônio de entidade congênere, devidamente registrada no Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, a critério do Conselho Curador.

Em reunião realizada em 26 de junho de 2023, o Conselho Curador aprovou a incorporação do superávit acumulado em 31 de dezembro de 2022, no montante de R$ 1.792, ao patrimônio social da Entidade.

Em reunião realizada em 31 de maio de 2024, o Conselho Curador aprovou a incorporação do déficit acumulado em 31 de dezembro de 2023, no montante de R$ 613, ao patrimônio social da Entidade.

15 Despesas com projetos desenvolvidos pela entidade

	2024	**2023**
Pessoal	(4.526)	(4.213)
Alimentação	(1.019)	(888)
Serviços prestados	(378)	(352)
Eventos	(246)	(184)
Limpeza e manutenção	(179)	(170)
Fardamento e material escolar	(169)	(274)
Medicamentos	(133)	(127)
Locomoção dos atendidos	(129)	(120)
Material de consumo	(39)	(26)
Mensalidades de cursos técnicos	(16)	(67)
Outras despesas	(47)	(75)
	(6.881)	**(6.496)**

16 Despesas administrativas – Gerais

	2024	**2023**
Manutenção	(346)	(533)
Combustíveis	(191)	(184)
Perdas com crédito	(176)	-
Energia elétrica	(95)	(102)
Comunicação e internet	(47)	(53)
Locação de bens móveis	(32)	(28)
Impostos e taxas	(31)	(16)
Bens de pequeno valor	(16)	(30)
Seguros	(12)	(15)
Outras despesas	(34)	(25)
	(980)	**(986)**

17 Benefícios fiscais usufruídos

Em função de sua finalidade não lucrativa e certificações obtidas, conforme mencionado na Nota 1, a Entidade usufruiu, durante o exercício de 2024, dos seguintes benefícios fiscais:

(a) Cota Patronal INSS + SAT + Terceiros = R$ 1.063 (2023 - R$ 1.012);

(b) Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) = R$ 271 (2023 - R$ 277).

18 Obrigações da saúde para fins de CEBAS

Conforme determinação da Lei Complementar n° 187/2021, a Entidade, com atuação na área de saúde, através da Clínica Dona Dudu Mendonça, formalizou parcerias com o Gestor Local do SUS. Mantêm atualizados seus dados no Cadastro Nacional de Entidades de Saúde (CNES). Os serviços de saúde desenvolvidos pela Entidade são atividades de inserção ou proteção nas Políticas Públicas de Saúde (Política Nacional de Saúde, Política Nacional de Humanização, Política Nacional de Atenção Básica à Saúde, dentre outras) às quais ela está vinculada e como consequência, por elas, regulamentada.

Em cumprimento ao art. 9º da Lei Complementar nº 187/2021, os atendimentos ambulatoriais prestados pela Entidade, através da Clínica Dona Dudu Mendonça, foram realizados sem qualquer repasse dos recursos financeiros provenientes do Sistema Único de Saúde (SUS), que seriam transferidos pelo município de Ribeirópolis (SE), tendo em vista que a entidade supre as suas necessidades com recursos próprios, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Atendimentos ambulatoriais	**2024**	**2023**
SUS	6.277	7.464
Total de atendimentos	**6.277**	**7.464**
% SUS	100%	100%

19 Educação

A aplicação em gratuidade na educação é realizada por meio da concessão de bolsas de estudo em cursos de educação básica, sempre totalmente integrais, a alunos com renda per capita de até um salário-mínimo e meio, conforme o art. 19 da Lei Complementar nº 187/2021, proporção de um para cinco (1/5) aplicável para a totalidade de alunos pagantes por escola mantida.

	Total de alunos		**Total de alunos gratuitos**	
	2024	**2023**	**2024**	**2023**
Educação Infantil	57	65	57	65
Ensino Fundamental	232	225	232	225
Total	**289**	**290**	**289**	**290**
% Gratuidade	-	-	100%	100%

20 Aplicação dos recursos em assistência social

Em cumprimento ao que determina a Lei Complementar nº 187/2021, a Entidade destinou parte de seus recursos no atendimento a idosos de acordo com os objetivos estatutários, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Lar Dona Conceição	**2024**	**2023**
Idosos residentes	29	26
Idosos não residentes	35	30
	64	**56**

	2024	**2023**
Total de atendimentos	**1.931**	**1.314**

21 Cobertura de seguros

A contratação de seguros é feita com base em programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com os bens pertencentes à Entidade. Para estes bens, foi contratado seguro para riscos diversos, com cobertura total de R$ 16.365, montante considerado suficiente para cobrir eventuais sinistros, segundo a natureza de sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

* * *